

O que fazer contra a alta dos alimentos no DF?

» NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR

Professor da UnB e pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários (Neagril/UnB)/swnewtongomes@unb.br

O ano de 2010 terminou com um cenário de demanda aquecida e um distanciamento expressivo da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA (5,3%) da meta prevista, que era de 4,5%. Em 2011, pelo menos diante da marca de 0,83% de elevação do IPCA para janeiro, o cenário é de fuga ainda maior da inflação em relação ao núcleo da meta.

Nesse **Correio Braziliense**, no início de fevereiro, foi dado destaque para o grupo alimentício que, em 2010, subiu 11,88% na cidade. Quando desagregado nos itens no “domicílio” e “fora do domicílio”, as altas impressionam: 13,29% e 9,95%, respectivamente.

Quando consideramos que, para os países emergentes, em média, o peso dos dispêndios com alimentação na composição da cesta de consumo varia entre 20% a 50% do gasto total, fica transparente quem serão os mais castigados nesse cenário de preços em ascensão.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad 2009), em Brasília, pelo menos 173 mil pessoas viviam em estado moderado e grave de insegurança alimentar. A tendência é de que esse contingente se amplie, tendo em vista que a evolução da renda caminha mais lentamente que a corrida geral dos preços.

Diante de um cenário sinistro como o que se desenha, ainda é possível mais do que a solução conformista de “assoviar um tango argentino”. Para isso, se-

ria necessário que o governo do DF desenvolvesse um Plano Regional de Abastecimento Alimentar que abrangesse três setores vitais: a produção local, a central pública de atacado (Ceasa) e a rede pública de equipamentos varejistas, que, além do que já existe, teria que ser ampliada. Como corolário dessas iniciativas, políticas públicas de nutrição, centradas em educação alimentar e nutricional, redução de desperdícios, aproveitamento integral dos alimentos e recuperação de práticas e hábitos alimentares tradicionais, entre outras, poderiam, a curto prazo, produzir resultados tanto no que tange à redução de gastos dos cidadãos com alimentos quanto na melhoria do perfil nutricional da população.

Um passo importante deve ser dado em direção à ampliação dos serviços de extensão rural. O que significaria elevar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ao patamar de órgão prioritário de governo. Uma combinação de assistência técnica com pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologia para agricultores envolvidos com produção de alimentos e linhas de financiamento auxiliares as disponíveis no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) resultariam no aumento da produção, e isso terá impacto positivo.

No atacado, a Ceasa local tem espaço para receber novos produtores, além de operar programas de redução de desperdícios, informação sobre melhores opções de compra e a pesquisa para acompanhar a

evolução dos preços. A ausência de um plano que integre suas atividades com a rede de equipamentos públicos do DF e entorno ainda é um desafio. Esse sistema seria composto por feiras permanentes e tradicionais, além do desenvolvimento — pela equipe econômica da Ceasa — de uma pesquisa sobre a evolução dos preços da cesta básica e de preços em Brasília, nos moldes do que é feito pela Universidade Federal de Minas Gerais para Belo Horizonte.

Em todo o DF e entorno, multiplicam-se equipamentos varejistas de alimentos que operam em espaços públicos. As feiras abastecem dezenas de milhares de pessoas com uma oferta diversificada de alimentos in natura. A prática indica uma resistência ao padrão dominante representado pelo consumo majoritário de produtos processados, industrializados, semiprontos, e que se encontram entre as causas do avanço da obesidade no Brasil.

A recuperação da Rede Pública de Abastecimento Alimentar exige uma intervenção do governo para atualizar regulamentos e legislação, recuperação das instalações, implantação em cada feira permanente ou tradicional de um serviço de difusão de práticas alimentares e nutricionais saudáveis e adequadas.

Ao aceitar o desafio de intervir em busca de uma alimentação saudável, o GDF certamente contribuiria nesse cenário de preços altos dos alimentos para a efetiva construção da segurança alimentar e nutricional e a plena fruição do direito humano à alimentação.